

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Propaganda soma mais um escândalo de corrupção no governo Bolsonaro

19/07/2022



O deputado federal Zeca Dirceu (PT) considerou como “gravíssimo” o favorecimento em uma licitação da Secretaria de Comunicação que passou por cima de investigação do TCU (Tribunal de Contas da União) e fechou contrato de R\$ 450 milhões com agência de propaganda suspeita de financiar sites bolsonaristas. “É gravíssimo e mostra o desespero de Bolsonaro com a eleição. Essa empresa está sob suspeição desde a CPI da Covid, está sob investigação do TUC que determinou a suspensão da licitação, e ainda tem ligação direta entre a diretora desta empresa com um funcionário de alto escalão da Secretaria de Comunicação”, disse.

Zeca Dirceu afirmou que o desespero de Bolsonaro é até esperado em função dos desmazelos do seu governo, mas os casos de corrupção se avolumam no mesmo tamanho da escalada da violência provocada pelo discurso de ódio do presidente. “Os casos de corrupção campeiam o governo na saúde, educação, meio ambiente, nas sete mil obras paralisadas, nas escolas fake e até na compra de caminhões de lixo”.

Sobre os gastos do governo com publicidade e propaganda, segundo Zeca Dirceu, há um imenso buraco na transparência das informações prestadas pela Secretaria Especial de Comunicação. “Há uma ação deliberada de omitir informações sobre os gastos e essa pedalada no TCU é só mais um exemplo de como este governo trata o dinheiro público”.

Ação deletéria – “Eu vou citar mais um exemplo. A PEC que reconhece o estado de emergência libera R\$ 1,4 bilhão para operacionalização dos programas sociais, o que significa, mais dinheiro para propaganda a 75 dias da eleição. Isso é crime”, afirmou o deputado.

No caso da investigação pelo TCU, o ministro Weder de Oliveira, havia pedido a suspensão da licitação e considerou como “reprovável” a conduta, a falta de colaboração e prudência por parte do governo federal. “A conduta observada (pela Secom) foi oposta à esperada por esta Corte [TCU], de prudência e colaboração: o procedimento licitatório foi encerrado rapidamente, na vigência do prazo para manifestação em oitiva prévia, omitindo-se o órgão de prestar a este tribunal essa informação de suma importância, sem qualquer justificativa, tanto para a omissão, quanto para a homologação célere”, afirmou o ministro Oliveira na sessão do tribunal registrada na Folha de S. Paulo desta segunda-feira, 17..

“Situações como essa que trago ao conhecimento de Vossas Excelências são deletérias e corroem a confiança na colaboração mútua entre controlador e controlado e nos tornam reticentes acerca da possibilidade de conceder prazos que, ao invés de contribuir para desejados esclarecimentos, podem ser utilizados para consumir os fatos e frustrar a eficácia das deliberações desta Corte”, afirmou o ministro.